

## **TRADIÇÃO E ESTABILIDADE: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES URUGUAIAS (2025)**

Ana Beatriz Benevides; Davi Nunes; Luiz Carlos de Freitas  
;Leticia Baron

*UFPeI – anabx07@gmail.com  
UFPeI – lzcs.defs@gmail.com  
UFPeI - riquelmedaviphb@gmail.com  
UFPeI – leticiakbaron@gmail.com*

### **1. INTRODUÇÃO**

O aumento de votos brancos e nulos aumentou de forma significativa entre os anos de 2012 e 2018 em diversos países da América Latina, o que suscitou diversos debates acadêmicos que visavam compreender as razões de tal fenômeno (CASTRO, 2021). A discussão se concentra em como as democracias agem para evitar a diminuição da participação eleitoral, as reformas institucionais implementadas, a polarização dos cenários políticos e a mudança do eleitorado.

Diferente do que ocorreu na maioria dos países da região, que compartilham a característica do voto compulsório, o Uruguai demonstrou estabilidade no percentual de participação eleitoral (CASTRO, 2021). Assim, a presente pesquisa questiona-se sobre as razões por que o país manteve a alta participação eleitoral. A hipótese de pesquisa é de que o país incentiva a participação política da população, contribuindo para o fortalecimento de uma cultura política participativa e democrática.

Para a realização da presente pesquisa, utiliza-se como referencial teórico os estudos recentes sobre eleições e participação eleitoral na América Latina, além da utilização de dados disponíveis em bancos públicos de pesquisa que tem por finalidade conhecer as preferências do eleitorado uruguaio.

### **2. METODOLOGIA**

Este trabalho foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica qualitativa. Foram selecionados artigos que tinham por objetivo explicar como o sistema político, o processo eleitoral e as instituições uruguaias influenciam a alta participação eleitoral do país, comparando-o com outros países da América Latina.

As conclusões apontadas pelo artigo foram contrapostas a análise de fontes documentais, como textos constitucionais, sites oficiais de parlamentos e governos (República Oriental Del Uruguay, 2025; IMPO, 1967; GUB, 2025; OIG, [s.d.]), relatórios de instituições internacionais (International IDEA, Transparency International), e notícias de veículos de imprensa. O estudo se baseou na análise descritiva e explicativa desses documentos para identificar os fatores institucionais e históricos que moldam a participação política uruguaia.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Com base na revisão bibliográfica e na análise do sistema político e eleitoral uruguaio, foram identificados os seguintes fatores como centrais para explicar a alta participação eleitoral no país:

1) Tradição de plebiscitos e referendos: O Uruguai possui um histórico sólido de mecanismos de democracia direta. A população é frequentemente convocada a decidir sobre temas relevantes por meio de consultas populares, o que fortalece o engajamento cívico e a percepção de eficácia política. Esse hábito democratiza o debate público e integra o cidadão ao processo decisório, indo além do voto periódico para representantes;

2) Histórico de alta participação: A cultura política uruguaia é marcada por uma participação eleitoral consistentemente alta, com médias históricas em torno de 90% do eleitorado apto (CNN, 2024). Essa tradição cria um ciclo virtuoso: a alta participação é vista como a norma, reforçando-a a cada novo pleito. O comparecimento massivo não é visto apenas como uma obrigação, mas como um valor social e um símbolo de liberdade, especialmente após o período ditatorial (1973-1985);

3) Transparência e confiança nas instituições: A Corte Eleitoral, criada em 1924, é uma instituição técnica e altamente confiável, responsável por organizar e supervisionar todas as etapas do processo eleitoral (ACOSTA; MARTINEZ, 2025). Sua atuação imparcial e eficiente garante transparência e legitimidade aos resultados, fazendo com que os cidadãos confiem no sistema e se sintam motivados a participar. O Uruguai também ostenta a melhor pontuação da América Latina no Índice de Percepção de Corrupção, refletindo uma confiança generalizada nas instituições públicas (URUGUAI - SISTEMA POLÍTICO E ELEITORAL, [s.d.]);

4) Confiabilidade e diferenciação dos partidos políticos: O sistema partidário uruguaio é estável e caracterizado por partidos com identidades programáticas bem definidas e históricas (Partido Nacional, Partido Colorado e Frente Amplio) (DECRESCI, 2025). Essa clareza ideológica e programática facilita a identificação do eleitor com um projeto político, tornando a escolha eleitoral mais significativa. A confiança na representatividade e na capacidade de ação dos partidos incentiva a participação;

5) Voto obrigatório: A obrigatoriedade do voto é um pilar institucional que garante o comparecimento mínimo às urnas. Embora existam debates sobre seus méritos, no contexto uruguaio, ela atua em sinergia com os outros fatores (confiança, tradição) para consolidar a participação massiva, evitando a erosão gradual do engajamento que pode ocorrer em sistemas facultativos.

Além dos fatores já elencados, a análise do sistema político uruguaio revela nuances importantes:

1) Representatividade de gênero: Apesar dos avanços recentes com a Lei de Cotas (Lei 18.476/2009 e 19.555/2017), o Uruguai ainda apresenta sub-representação feminina no Parlamento (28,3% na Câmara de Representantes e 26,6% no Senado em 2024), ficando atrás de Argentina e Chile. Isso indica um desafio persistente mesmo em um sistema considerado exemplar (ACOSTA; MARTINEZ, 2025);

2) Limitações dos mecanismos de participação: Os plebiscitos, embora sejam um símbolo da democracia direta uruguaia, nem sempre resultam em avanços progressistas. Exemplo disso foram os referendos de 1989 e 2009 que, ao contrário do esperado, mantiveram a Lei de Caducidade (de anistia aos crimes da ditadura), ratificando a impunidade via voto popular – um caso único no mundo democrático (REIS, 2018);

3) Influência de oligarquias políticas: A presença de famílias tradicionais na política (como os Lacalle e os Batlle) sugere uma certa oligarquização e baixa renovação do quadro político, com estimativa de que não mais de cem famílias compõem a classe política uruguaia. Esse aspecto contrasta com a imagem de pluralismo e merece discussão (REIS, 2018).

Portanto, a análise dos fatores que contribuem para a excepcional participação eleitoral no Uruguai revela uma sinergia complexa entre elementos históricos, institucionais e culturais que consolidam seu modelo democrático. A combinação entre uma tradição robusta de democracia direta, uma cultura política que valoriza o comparecimento às urnas, instituições eleitorais transparentes e confiáveis, um sistema partidário com identidades definidas e o marco legal do voto obrigatório constitui um ecossistema democrático singular no contexto latino-americano. Estes elementos não apenas explicam os consistentes índices de participação uruguaiois, mas também oferecem valiosas perspectivas para a compreensão de como a confiança institucional, o engajamento cívico e a efetividade dos mecanismos democráticos podem se reforçar mutuamente.

#### 4. CONCLUSÕES

O trabalho conclui que o Uruguai, apesar de ser um país de população relativamente pequena, é uma das principais referências para o mundo democrático. A alta taxa de participação populacional nas eleições, mesmo com o voto obrigatório, reflete um compromisso intrínseco do povo uruguaio com o processo eleitoral e um símbolo de liberdade após o período da ditadura.

O Uruguai se consolida, de fato, como um caso paradigmático de estabilidade democrática e participação eleitoral na América Latina. Seu sucesso é atribuído não a um fator isolado, mas a uma combinação virtuosa de elementos históricos, institucionais e culturais: a solidez das instituições (como a Corte Eleitoral), a tradição de participação, a clareza do sistema partidário e o voto obrigatório atuam sinergicamente.

A inovação obtida reside na contextualização da complexidade da política uruguaia – sistêmica, conjuntural e social – que oferece exemplos a serem seguidos por países como o Brasil, ao mesmo tempo em que aponta para fragilidades significativas. A análise detalhada das instituições, do processo eleitoral e do sistema partidário, juntamente com as fragilidades identificadas, proporciona uma visão aprofundada da democracia uruguaia, que vai além de uma percepção superficial de "oásis". O estudo evidencia a necessidade de reflexões contínuas sobre democracia e representatividade, mesmo em contextos considerados estáveis.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, F.; MARTINEZ, G. Uruguay 2024: El retorno del frente amplio y la consolidación de dos bloques electorales. **Revista Uruguay de Ciencia Política**, v. 34, 23 maio 2025.
- CASTRO, Rodrigo Enrich de. A estabilidade da democracia e a cultura política no Uruguai: revisão a partir da ciência política uruguaia. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S. l.], n. 96, 2021. p. 1-21.
- CNN. **Presidente Luis Lacalle Pou vota em eleição presidencial no Uruguai**. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br>. Acesso em: 8 jul. 2025.

DECRESCI, S. **Vista do O sistema político, partidário e eleitoral do Uruguai.** Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/7114/5840>. Acesso em: 1 jul. 2025.

REIS, G. S. **Democracia no Uruguai: quase um oásis, mas o diabo mora nos detalhes.** Teoria e Pesquisa, 2018. Disponível em:

<https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/601/359>. Acesso em: 1 jul. 2025.

URUGUAY | The Global State of Democracy. [s.d.]. Disponível em: <https://www.idea.int/democracytracker/country/uruguay>. Acesso em: 1 jul. 2025.